

UCLA

Mester

Title

FRANCHETTI, PAULO. Estudos de Literatura Brasileira e Portuguesa. Cotia, SP: Ateliê, 2007. 293 pp.

Permalink

<https://escholarship.org/uc/item/7v12b4vb>

Journal

Mester, 37(1)

Author

Soares, Débora Racy

Publication Date

2008

DOI

10.5070/M3371014711

Copyright Information

Copyright 2008 by the author(s). All rights reserved unless otherwise indicated. Contact the author(s) for any necessary permissions. Learn more at <https://escholarship.org/terms>

Peer reviewed

FRANCHETTI, PAULO. Estudos de Literatura Brasileira e Portuguesa. Cotia, SP: Ateliê, 2007. 293 pp.

Estudos de Literatura Brasileira e Portuguesa é o último livro de Paulo Franchetti. Professor Titular de Teoria Literária na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Franchetti é autor, entre outras obras, de *Alguns aspectos da teoria da poesia concreta* (1989) e *Nostalgia, exílio e melancolia – leituras de Camilo Pessanha* (2001).¹ Agora, apresenta-nos estes *Estudos*, uma coletânea com dezessete ensaios com três núcleos de interesse: a poesia brasileira, o romance oitocentista em português e o exotismo, que contribuem para dar fôlego renovado e promover o debate em torno do interesse contemporâneo pela leitura de algumas obras importantes da literatura luso-brasileira. A maioria desses estudos foi escrita em diversos momentos da trajetória acadêmica de Franchetti—o mais antigo data de 1988 e, o mais recente, de 2005—com diferentes finalidades, o que explica as oscilações de tom dos textos. O alcance variado desses estudos não traz prejuízos para a leitura. Pelo contrário, os temas convergentes ampliam-se e completam-se a cada ensaio, unidos por uma mesma preocupação norteadora: destacar, sob o costume da leitura sedimentada pela bibliografia e pela cristalização das idéias e dos julgamentos, o dado que parece novo ou que pode ser descrito de uma forma inovadora. Portanto, a escolha do substantivo “estudos” para intitular esse volume não poderia ser mais oportuna. Se, por um lado, esses estudos remetem à idéia de investigação sobre determinados assuntos, por outro, revelam o esforço contínuo de um pesquisador cujo maior interesse parece ser pôr à prova as próprias idéias, o que é possível depreender de sua busca inquieta, orientada por reflexões e indagações a configurar um verdadeiro *work in progress*. Nesse sentido, os primeiros textos são deveras ilustrativos, pois revelam variações de leitura em torno de temas convergentes.

O livro é dividido em dezessete ensaios que, para facilitar a exposição, dividimos por blocos temáticos. Assim, os quatro primeiros estudos congregam textos que tratam da questão do nacional na literatura brasileira, sendo que o primeiro—“As aves que aqui gorjeiam: a poesia brasileira do Romantismo ao Simbolismo”—e o terceiro, “I-Juca Pirama”, claramente dialogam, enquanto o segundo—“O sonho brasileiro de Garrett”, e o quarto—“O indianismo romântico revisitado: Iracema ou a poética da etimologia”—acrescentam novas

informações e ampliam a leitura de questões fundamentais. Esses estudos iniciais tratam de problematizar a influência do cânone literário português na formação da literatura brasileira.

O ensaio de abertura traça um painel histórico-literário do Romantismo ao Simbolismo brasileiro, pontuando alguns poetas mais significativos, a partir do texto fundador da literatura romântica, o “Ensaio sobre a História da Literatura no Brasil” (1836), de Gonçalves de Magalhães (1811–1882). Nas trilhas de Magalhães, o autor envereda pelas vicissitudes da literatura produzida nos trópicos, procurando enfatizar sua precariedade antes da Independência do Brasil, em 1822. Durante o processo de colonização até a vinda de D. João VI ao país, em 1808, predominou por aqui a “transplantação” literária que importava “temas, formas e crenças” (10). O que Magalhães tenta entender em seu ensaio é o porquê de haver um vazio literário no Brasil, principalmente no que diz respeito a uma produção poética nacional, já que nossos indígenas eram tão dotados de habilidade rítmica! A influência da literatura portuguesa é sentida, por Magalhães, como opressora, o que o leva a insistir na importância da cor local, da temática e da ambientação americana na configuração de uma “literatura original em língua portuguesa” (50). Finalmente, Gonçalves Dias (1823–1864), com seus *Primeiros Cantos* (1846), encontraria um ambiente propício para criar uma linguagem poética romântica no Brasil, “à altura da nação que emergia, distinta da metrópole” e libertar a literatura brasileira da filiação portuguesa (11). A publicação desses cantos representaria, portanto, um divisor de águas: a “indígena civilizada” nos moldes europeus, isto é, a literatura brasileira, “não mais recusar(ia) a herança do colonizador”, mas sim, “assimilar(ia) a sua tradição”, antropofagicamente (13). De acordo com Franchetti, o escritor brasileiro do período romântico tinha como missão “manifestar a especificidade requerida pelo ideário nacionalista” e “construir a instituição ‘literatura’” em pleno século dezenove (41). Portanto, o cânone nacional teria se edificado “a partir do tronco original português”, em busca de um indianismo exótico que seria a base do nacional (41).

“O sonho brasileiro de Garrett” aborda *Helena*, romance inacabado do escritor romântico português. O livro é um “retrato imaginário do Brasil” e revela a intenção de Garrett de criar—a partir da “transplantação da cultura européia para a selva americana”—uma “utopia americana da qual estivessem ausentes os detestados *parvenus*

da nova sociedade liberal” (46). Ainda que Franchetti sustente que o enredo de *Helena*, assim como a descrição da flora e da fauna brasileiras, perdem o interesse diante da reprodução lingüística do modo de falar dos escravos brasileiros, acreditamos que a ambientação e a cor local só fazem contribuir para enfatizar a importância da fazenda—local onde transcorre a história—e que o autor considera ser o que há de “mais notável em *Helena*” (44). Em “I-Juca Pirama”, o ensaio seminal de Magalhães é retomado à luz de questões como o “projeto de construção do imaginário brasileiro” e o “exotismo de tema autóctone” que determinariam a historiografia e a reflexão sobre literatura brasileira ao longo dos séculos dezenove e vinte. Este terceiro ensaio retoma o texto de abertura dos *Estudos* e, só não se torna uma repetição enfadonha do primeiro, porque o autor se dispôs a apurar suas reflexões iniciais e ampliá-las a partir da constatação de que “havia um lugar preciso para o indianismo romântico no projeto político do governo imperial”, pois “era desejável a sua utilização como emblema da oposição do império brasileiro ao reino de Portugal” (57). “O indianismo romântico revisitado: Iracema ou a poética da etimologia” aborda o romance *Iracema* de José de Alencar e seu esforço em construir uma língua utópica, adâmica, “inteiramente motivada,” através da “decifração dos étimos comprimidos nas palavras primitivas” (85). Este ensaio encerra o primeiro bloco, atentando para a configuração literária “singular” de *Iracema*—um “romance dentro de uma carta”—fato que, surpreendentemente, parecer ter passado ao largo da crítica especializada (77). Como demonstra Franchetti, ao desconsiderar a carta, alguns críticos tendem a ler a novela apenas como “história sentimental” e “alegoria” idealizada do que “teria sido ou deveria ter sido a colonização do Brasil” e da América (76).

Os ensaios subseqüentes, que podem figurar um segundo bloco, compreendem sete textos e abordam, sobretudo, a literatura portuguesa do século dezenove. “A novela camiliana” problematiza a leitura biográfica e romântica feita por alguns especialistas de Camilo Castelo Branco, além de demonstrar as conseqüências desse tipo de procedimento. Enfatiza, também, como o escritor português manipula as expectativas do leitor, apontando para a necessidade de “redimensionar” a interpretação do autor, a partir de seu “estilo” e de “sua construção textual” (94). Ao mesmo tempo, Franchetti procura desvendar, na obra, operadores que poderiam garantir o interesse atual da leitura do primeiro escritor português a sobreviver de seu ofício.

“História e ficção romanesca: um olhar sobre a geração de 70 em Portugal” aponta o esforço de Antero de Quental e de Oliveira Martins para se erigir um “novo enfoque da história portuguesa” (101). Aborda, também, a questão entre história e ficção e os “limites do uso da imaginação” para “suprir os dados documentais” (108). Embora Franchetti atenha-se a percorrer a trajetória literária de Martins, esmiúça as polêmicas suscitadas em torno de suas idéias e demonstra como o autor, influenciado por Eça de Queirós, foi mudando de opinião em relação à novela histórica e a Alexandre Herculano. Em “Oliveira Martins e o Brasil,” Franchetti ressalta a importância das obras do historiador português, principalmente *A história de Portugal e o Brasil e as colônias portuguesas*, visando apreender sua repercussão em textos brasileiros. São tratadas questões como o parasitismo das classes dominantes e outros “males de origem das sociedades latino-americanas,” como “resíduos ou remanescentes da metrópole” (128–29). Dessa forma, esses dois ensaios, embora tenham enfoques diferentes, complementam-se no entendimento “de um trabalho ainda inconcluso”, segundo Franchetti, que pretende mapear a “visão brasileira do que foi e do que é Portugal e do que foi ou é o Brasil”, revelando um pouco da “história do pensamento brasileiro” (134).

“*O Primo Basílio*” mostra os descompassos entre a acolhida dos leitores e a recepção da crítica ao romance de Eça de Queirós. Se o romance lançado em 1878 foi considerado imoral pela crítica de seu tempo, hoje os critérios de avaliação são bastante diferentes. Atualizando a visada crítica, Franchetti entende que a “comoção moral” que causou tanto rebuliço no século dezenove impediu que esta obra “fosse vist(a) na sua real dimensão”, pois sua “inovação” e “ousadia” ficaram ofuscadas no passado (157). Nesse sentido, Eça é considerado hoje um grande ficcionista devido ao que era tido, por seus contemporâneos, exatamente como “defeito” (157).

“Um patife encantador?” concerne ao personagem Gonçalo Mendes Ramires, protagonista do romance *A ilustre casa de Ramires* de Eça de Queirós. Procurando responder à pergunta—“o que é que, no livro, produz ou estimula a adesão do leitor à personagem de Gonçalo”—Franchetti expõe quatro “tentativas de resposta”, cada uma delas considerada sob um prisma diferente: “o meio”, a “raça” e a “paisagem”, “o conjunto incongruente” e o “heroísmo”, e a “intimidade” (161–69). Cada uma das respostas confirma que, através de

várias estratégias narrativas, Gonçalo é içado da “categoria de patife provinciano à de herói modesto” (170).

“O *Primo Basílio* e a batalha do Realismo no Brasil” trata da recepção do romance queirosiano no Brasil, em 1878. Jornais de grande circulação na época, como *O Cruzeiro* e a *Gazeta*, não tardaram a publicar o debate acalorado que o romance português provocou entre os críticos brasileiros, entre eles Machado de Assis. Ao mesmo tempo em que aborda a “epidemia de basilismo” no Brasil, Franchetti problematiza o lugar ocupado por Machado de Assis em nossa historiografia literária, além de trazer à luz discussões em torno do caráter “realista” ou “naturalista” de sua obra (178).

Finalmente, fechando esse bloco sobre o século dezenove, comparece um poeta brasileiro, B. Lopes, cuja recepção crítica é tratada em “Etnia e julgamento literário: o caso B. Lopes”. Nesse ensaio, Franchetti demonstra o poder de fogo da crítica quando se trata de desautorizar um autor que, incompreendido em sua época, muitas vezes é relegado a posições subalternas, contando apenas com notas de rodapé em certos compêndios literários. O esforço revisionista do pesquisador rigoroso reivindica, de certa forma, a presença de B. Lopes no cânone historiográfico da literatura brasileira.

Os seis estudos finais concernem à literatura mais recente, produzida no século passado. “Utopias agrárias na literatura brasileira do começo do século vinte” parte da novela *Regeneração* (1904) de Curvelo de Mendonça e do romance *Redenção* (1914) de Veiga Miranda, para entender as “questões libertárias” e os “projetos utópicos” que outrora agitaram a terra *brasilis* (213). Franchetti percorre esses livros com a intenção de desmontar a “construção da utopia”, a partir de um ponto de vista histórico-cultural que evidencia a “arraigada concepção patriarcal da sociedade” brasileira (209–210).

“Um certo poeta japonês” ocupa-se de entender o porquê de Paulo Prado ter introduzido, em 1924, um determinado haicai na apresentação ao volume de poemas *Pau-Brasil* de Oswald de Andrade. O ensaio mais curto do livro não avança muito em termos analíticos, mas é interessante enquanto anotação de uma “charada” cuja resolução vinha intrigando o pesquisador há tempo (217).

No ensaio seguinte, “Wenceslau de Moraes e o exotismo”, Franchetti discorre sobre a influência da descoberta do Japão na mudança de inflexão do “cronista do Oriente em português” (218). A seguir, contrapõe a visão de Wenceslau à de outros dois cronistas,

Pierre Loti e Lafcadio Hearn e explica, embasado em Victor Segalen, o significado da palavra exotismo. Ressalte-se que a idéia do exótico em Segalen se opõe a “certa *forma mentis* moderna que sistematicamente combate a diversidade—seja pela extinção do diferente, seja pela sua assimilação enquanto ‘pitoresco’—e promove a homogeneização dos indivíduos e das paisagens sociais” (229).

Os dois próximos textos, “Wenceslau de Moraes e o haicai” e “Guilherme de Almeida e a história do haicai no Brasil” discorrem, respectivamente, sobre os impasses tradutórios de um conhecido haicai de Bashô para o português e sobre o suposto “abrasileiramento”, por Guilherme de Almeida, da “mais concisa poesia de origem japonesa” (245). Na opinião de Franchetti, embora Almeida fosse fascinado por haicais, ignora—em suas traduções—a própria essência desse tipo de poesia que recusa o “sentimental” e o “emotivo” e valoriza a “percepção mais imediata” da realidade (250).

Finalmente, o ensaio “Pós-tudo: a poesia brasileira depois de João Cabral” encerra essa coletânea de estudos. Franchetti resgata as propostas da Poesia Concreta, enfatizando as diferenças na produção poética de Augusto de Campos, Haroldo de Campos e Décio Pignatari. Passa por Ferreira Gullar e o Neoconcretismo e retoma alguns poetas e tendências que nasceram em meio à “Geração de 45”. A “poesia marginal” da década de setenta também é revista, completando um painel da poesia brasileira da segunda metade do século vinte.

Os dezessete ensaios instigantes que compõem *Estudos de Literatura Brasileira e Portuguesa* fazem jus àquela preocupação central que tem acompanhado o percurso analítico-crítico de Franchetti nos últimos anos: descobrir um novo interesse de pesquisa no objeto inatual. A diversidade de assuntos abordados nestes ensaios, cuja amplitude temporal contempla desde o romance oitocentista em português até a poesia brasileira produzida na década de setenta, revela o trabalho de fôlego do pesquisador. Portanto, a leitura deste livro torna-se fundamental para todos aqueles que se interessam pela (re)visitação de alguns temas importantes que perpassam a literatura produzida ao longo dos últimos séculos, no Brasil e em Portugal. A lição maior desses estudos, contudo, transcende o âmbito temático e dá-se a ver através da trajetória reflexiva de Franchetti que, do princípio ao fim, não se intimida diante da instabilidade da dúvida. Ao assumir, como imperativo norteador, não se ancorar em certezas absolutas e,

tampouco, em esquemas redutores de pensamento, o autor revela-se estudando seus próprios *Estudos*.

Débora Racy Soares
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Notas

1. *Alguns Aspectos da Teoria da Poesia Concreta*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1989.

Nostalgia, Exílio e Melancolia—Leituras de Camilo Pessanha. São Paulo: Editora da U de São Paulo, 2001.